

RECURSO ESPECIAL Nº 1.311.583 - MG (2012/0042228-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : CONSTRUTORA CANÇADO RIBEIRO LTDA
ADVOGADO : LUIZ ROBERTO FREIRE PIMENTEL E OUTRO(S) - MG050062
RECORRIDO : AMÉRICO MIRANDA FILHO E OUTRO
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO SILVA JUNHO E OUTRO(S) - MG029208

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CONSTRUTORA CANÇADO RIBEIRO LTDA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado (fl. 411):

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. A extinção da execução, declarada em sentença transitada em julgado, impossibilita o seu posterior prosseguimento e torna nulos todos os atos processuais subsequentes.

Consta dos autos que a recorrente ajuizou ação de despejo por falta de pagamento cumulada com ação de cobrança contra a locatária ADINAIR NASCIMENTO CAMPOS e seus fiadores. As partes celebraram transação, cujos termos foram descumpridos. O imóvel foi retomado em 24 de abril de 2002, após citação dos devedores para pagar o débito. Novo acordo foi formalizado e, em 19 de outubro de 2001, o Juízo determinou o sobrestamento do feito até o cumprimento do acordo. Segundo a recorrente, apenas parte da dívida foi paga, o que ensejou o prosseguimento da execução, com determinação de praça de bem imóvel. Os devedores formularam pedido de extinção do processo, com base na decisão de fl. 179 (e-STJ).

O Juízo extinguiu o feito e a recorrente interpôs agravo de instrumento, ao qual o Tribunal de Justiça negou provimento, mas permitindo à exequente executar o acordo, o que foi feito. O Tribunal, todavia, considerou que a execução estava extinta, conforme a ementa acima transcrita.

A recorrente alega violação dos arts. 458, II, e 792 do Código de Processo Civil. Sustenta que o acórdão que rejeitou seus embargos de declaração é desprovido de

Superior Tribunal de Justiça

fundamentação e afirma que a execução não estava extinta, mas apenas suspensa. Descumprido o acordo celebrado entre as partes, é o caso de se retomar o andamento da execução.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Inicialmente, destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

O acórdão recorrido se manifestou de forma suficiente e motivada sobre o tema em discussão nos autos. No caso em exame, o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se fundamentadamente fixado nas razões do acórdão recorrido. Afasto, pois, a alegada violação do art. 458, II, do CPC. Veja-se, a propósito, que o acórdão dos embargos (e-STJ fls. 428/432) contém transcrição de trecho do acórdão embargado, o que constitui fundamento de que a alegada omissão não existia, a demonstrar que a rejeição dos embargos não se apoiou em considerações genéricas, mas, sim, ligadas ao caso concreto.

O recurso não poderia ser acolhido sem reexame de prova. A agravante afirma que não houve extinção da execução, que fora apenas suspensa. A respeito dessa premissa fática, porém, confira-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (e-STJ fl. 415):

Depois de vistas das partes, o magistrado extinguiu o feito nos termos do inciso II do artigo 794 do CPC, fls. 145.

(...)

A execução já se encontra extinta pela sentença de f. 145 sendo que o recurso contra ela oferecido teve negado o seguimento, conforme acórdão de f. 244/249.

Ora, a sentença de fls. 145 transitou livremente em julgado e, em consequência, a execução de sentença foi extinta. Dessa forma, não poderia a apelada dar continuidade ou novamente executar o acordo nos autos, não podendo subsistir uma execução por outra, por se tratar de medida incompatível com a extinção da execução, pois exaurida a relação processual.

Não se afastam essas conclusões em recurso especial, consoante dispõe a Súmula 7 do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, verifica-se que a recorrente afirma que parte do acordo não foi cumprida e ainda havia saldo a ser executado, de modo que o acórdão recorrido violaria o art. 792 do CPC. Não discutiu, todavia, o fundamento segundo o qual se operou a coisa julgada, o que deixa incólume o principal fundamento do acórdão. Aplica-se ao caso a Súmula 283 do STF.

O dissídio jurisprudencial não ficou caracterizado, pois não destacadas as circunstâncias que assemelhassem os casos confrontados, o que, diante da incidência do enunciado citado, seria mesmo inviável.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

